

Bibliotecário e mudança social: por um bibliotecário ao lado do povo

Waldomiro de Castro S. Vergueiro

Prof.-Assistente do Dep. de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.
01000 São Paulo, SP

Resumo – A Biblioteconomia no Brasil caracteriza-se por estar relativamente desenvolvida nas áreas de bibliotecas universitárias e especializadas, e bastante deficitária nas áreas de bibliotecas públicas ou populares. Bibliotecários brasileiros necessitam optar por um trabalho mais ligado às necessidades cotidianas da população. A biblioteconomia não é neutra ou simplesmente um conjunto de técnicas desvinculadas da sociedade em que ocorrem. É necessário aos bibliotecários brasileiros procurar caminhos para uma nova prática bibliotecária, que responda melhor às necessidades de um país subdesenvolvido.

1 Introdução

A Biblioteconomia e a Ciência da Informação, tal como as conhecemos, parecem estar demasiadamente ligadas a concepções tecnicistas da profissão. Imagina-se, desta forma, que o trabalho do bibliotecário consista, na realidade, em fazer-se o profissional de ponte entre uma informação registrada nos mais diversos suportes (impressos, audiovisuais etc.) e seu usuário potencial, a cujas necessidades os bibliotecários buscariam, teoricamente, atender da melhor forma possível. O aprimoramento das técnicas de recuperação e disseminação da informação aparece, assim, como o supra-sumo do avanço biblioteconômico. Este “avanço”, digamos assim, irá representar também, na consciência dos profissionais, o preenchimento de seu papel na sociedade contemporânea. Afinal, dentro desta concepção tecnicista da profissão, a medida da utilidade social dos bibliotecários deve, necessariamente, passar pelo cômputo dos sistemas de informação por eles implementados e pela ra-

pidez e seu aperfeiçoamento técnico, para definir, localizar e colocar ao alcance do usuário a informação solicitada.

É evidente que o domínio de técnicas documentais é imprescindível ao bibliotecário. Da mesma forma, é impossível negar a necessidade de otimização dos sistemas informacionais através da utilização de novas tecnologias no campo da informação. Quanto a isto, não há o que refutar. O que se pode colocar em dúvida, isto sim, é se esta evolução tecnológica nas áreas de Documentação e Ciência da Informação está realmente ocorrendo em benefício da população como um todo, e não, apenas de uma minoria privilegiada. O que se pode perguntar é até que ponto os bibliotecários estão contribuindo — pelo menos em termos de países subdesenvolvidos da esfera de influência capitalista, como é o caso do Brasil — para integrar à sociedade como cidadãos, àquelas parcelas da população desprovidas das condições mínimas para uma participação social digna. São perguntas, sem nenhuma dúvida, bastante incômodas para profissionais cujo desempenho pretende ser, dentro do contexto de seu saber específico, essencialmente apolítico e neutro. Mas parecem ser, também, perguntas bastante pertinentes, exatamente por colocarem em xeque esta postura. Este artigo tem como finalidade discutir um pouco a resposta a estes questionamentos.

2 Situação atual no Brasil e no mundo

A literatura biblioteconômica nacional é bastante tímida na discussão de questões deste tipo. A grande maioria de livros e artigos de periódicos parece centrar sua atenção em questões técnicas ou administrativas e em como resolvê-las. São poucos os trabalhos que demonstram preocupação em direcionar o esforço bibliotecário de modo a possibilitar um acesso mais efetivo da população aos canais informacionais, buscando popularizar serviços de informação e documentação (1, 4). Talvez falte ao bibliotecário brasileiro a consciência de que a biblioteca pode atuar como instrumento de mudança social, não tendo que, necessariamente, fixar-se a um papel de disseminadora de informações socialmente aprovadas (por aqueles que determinam o que deve ser “socialmente” aprovado, é claro..). É rara, por isso mesmo, a discussão da biblioteca como local de efervescência e produção de novos conhecimentos, como “desordenadora” de idéias(5), ou a percepção de que aspectos ideológicos interferem na eficácia dos instrumentos documentários tradicionais, principalmente para a recuperação de informações referentes a países do Terceiro Mundo(2).

O panorama bibliotecário nacional oferece, também, quadros bastante

diversos. Por um lado, temos as bibliotecas universitárias, normalmente ligadas a universidades públicas, em que a informatização começa pouco a pouco a fazer-se sentir, possibilitando grandes avanços na recuperação da informação necessária à pesquisa e ao ensino de terceiro grau; da mesma forma, já em termos muito mais avançados, centros de informação e documentação ligados a multinacionais e a grandes empresas estatais encontram-se em tal estágio de sofisticação técnica, que chegam quase a rivalizar com alguns centros de documentação de países mais avançados. Nesta área, são freqüentes ao projetos de cooperação e intercâmbio bibliográficos, visando aprimorar o atendimento a um usuário especializado e exigente. Por outro lado, no entanto, no campo das bibliotecas públicas (para não dizer das escolares ligadas ao ensino público), o quadro é totalmente diferente: bibliotecas com acervos inadequados e mal processados, atendendo de maneira insatisfatória a uma população que a elas recorre mais ou menos aleatoriamente. Enquanto as primeiras contam com computadores e com acesso a grandes bases de dados — ou, pelo menos, com a possibilidade de ter este acesso em futuro bastante próximo —, as últimas contam apenas com materiais impressos produzidos pela indústria editorial do País, constituindo um acervo informacional normalmente distante das necessidades cotidianas da população, ao mesmo tempo que, para elas, a participação e aproveitamento de inovações tecnológicas parece um sonho por demais longínquo. Enquanto nas bibliotecas universitárias e especializadas pode-se contar com o trabalho de bibliotecários formados — por pior que seja esta formação — em bibliotecas públicas este fato já não é tão comum. Retrato de um país de contrastes.

Logicamente, este panorama não é assim tão uniforme como a leitura desta descrição pode deixar transparecer: existem diferenças de região para região, e o quadro tende a agravar-se à medida que se caminha de sul para norte do País. As iniciativas de organização e desenvolvimento de Centros de Documentação voltados às necessidades da população mais humilde, que, em anos recentes, surgiram no Brasil, estiveram normalmente ligadas a organizações religiosas, como é o caso da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB): estes “Centros Populares de Documentação” procuram organizar e disseminar documentos e informações que normalmente não se encontram disponíveis nos Centros de Documentação ou Bibliotecas tradicionais. Já no campo das bibliotecas públicas, presenciou-se o florescimento, em algumas regiões, de uma preocupação maior com o registro e fornecimento das informações consideradas utilitárias, ou seja, que visam satisfazer uma necessidade premente e momentânea, essencial para a resolução de um determinado problema, como, por exemplo, o esclarecimento sobre documentos necessários para uma finalidade específica, endereços de pessoas ou instituições etc. De qualquer forma, trata-se de iniciativas relativamente incipientes no território nacional, refletindo mais exceções no trato da infor-

mação que regras de conduta profissional. Como regra geral, pode-se tranquilamente, afirmar que o panorama esboçado no parágrafo anterior retrata aproximadamente a realidade documentária brasileira: bibliotecas especializadas e universitárias são, geralmente, melhor aquinhoadas em termos de recursos, sejam eles financeiros, humanos ou físicos, como, também, em termos de acesso a inovações tecnológicas no campo da informação.

É claro que o assunto tratado no parágrafo anterior não pode ser apontado como característica exclusiva do panorama bibliotecário brasileiro. Parece ser bastante comum que as bibliotecas universitárias e especializadas recebam maior ênfase e atenção da parte de autoridades governamentais e bibliotecários mesmo em países mais avançados tecnologicamente, onde os usuários dessas instituições têm acesso a uma enorme quantidade de informações bem organizadas, podendo obter, por intermédio de redes de telecomunicações intercontinentais, um sem-número de documentos – ou cópias deles –, conforme o seu interesse. Ao mesmo tempo, as bibliotecas públicas desses países, apesar de contarem com acervos informacionais bastante amplos e abrangendo os mais variados suportes, não oferecem a seus usuários potenciais – teoricamente, a grande maioria da população, – um tratamento técnico do material sequer comparável ao realizado nas bibliotecas universitárias e especializadas, mesmo levando-se em conta as especificidades de cada uma delas. O argumento mais vulgarmente utilizado para explicação dessas discrepâncias é o de que não se deve exigir o mesmo rigor técnico de tratamento da informação para tipos diversos de instituições. Afinal, o usuário potencial da biblioteca pública não é, de forma alguma, o especialista ou pesquisador a necessitar de uma informação ultra-depurada e específica, mas o cidadão comum com necessidades corriqueiras de informação, cultura e lazer. Sendo assim, um tratamento mais ou menos simples do material possuído pela biblioteca, possibilitando o acesso a grandes blocos de informação (sempre o título do periódico ou livro, raramente o artigo ou capítulo) parece ser mais que suficiente para o grosso da população.

Se nesses países mais industrializados, devido a uma distribuição menos injusta de renda, este fato não chega a constituir grande agravante – uma vez que não são tão poucos os que têm acesso às instituições de pesquisa e ensino superior –, em países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil, isto é um fator vexatório, para dizer o menos. Como justificar a priorização de uma pequena parcela da população para recebimento de um serviço de documentação hiper-sofisticado, enquanto o resto da comunidade deve contentar-se com as migalhas de “sistema” desorganizado de bibliotecas públicas que lhes oferece apenas o que de mais banal existe em termos de informação e lazer? É difícil acreditar que isto seja resultado da evolução natural dos fatos e não fruto de uma decisão a favor do **status-quo** e pela manutenção de

uma mentalidade passiva e não reivindicatória. Da mesma forma é difícil aceitar que a decisão técnica, dentro do contexto bibliotecário, esteja totalmente desvinculada de fatores político-ideológicos...

3 O caminho para a mudança

A resposta a estas últimas indagações talvez deva ser buscada no ambiente em que são formados os profissionais, e nas raízes por eles possuídas. Neste país, o bibliotecário parece caracterizar-se como advindo da classe média. Esta suposição baseia-se no fato de que parte expressiva das Escolas ou Faculdades de Biblioteconomia estão vinculadas a universidades públicas(6:6), às quais têm acesso, teoricamente, apenas os estudantes mais afortunados e que tiveram a oportunidade de freqüentar, durante os anos de primeiro e segundo grau, escolas particulares de melhor gabarito (e maiores preços). Desta forma, imagina-se que a grande maioria dos profissionais esteja imbuída de mentalidade burguesa, partilhando, embora muitas vezes sem se dar conta disto, de uma ideologia capitalista que tende a privilegiar algumas camadas da população em detrimento de outras, e a justificar este privilégio como natural e correto. O ensino de Biblioteconomia no Brasil, por seu lado, ligado quase desde seu nascedouro à influência norte-americana(6:6) – que teve início já na década de 20 –, parece também enfatizar demasiadamente o domínio do conhecimento de técnicas de documentação e informação. Desta forma, não é surpresa constatar que, ao se traçar o perfil do bibliotecário, tenha-se tendência a enquadrá-lo como profissional de classe média, desvinculado – ou afastado – de questões mais específicas das classes populares, o que os leva, inclusive, a optar por exercer sua profissão, quando possível, em bibliotecas universitárias ou especializadas, onde a remuneração percebida é, geralmente, mais elevada. É certo que, devido a diversos fatores – entre eles a proletarização cada vez maior da classe média brasileira –, este perfil tem sofrido algumas ligeiras modificações. Mas, no geral, a análise aqui esboçada poderia ainda ser considerada válida para boa parcela dos profissionais existentes no mercado.

Será um pouco de ingenuidade esperar que o panorama bibliotecário brasileiro possa obter grandes mudanças em prazo reduzido. Na realidade, isto é muito difícil de acontecer, pois algumas convicções estão por demais arraigadas nos bibliotecários, para que possam ser modificadas sem o aparecimento de traumas de problemática resolução. A questão parece ser sobretudo política, e não simplesmente técnica. O caminho para a mudança deverá necessariamente passar pela modificação de alguns pressupostos da profissão, a começar por aqueles que propugnam – embora não em termos sufi-

cientemente claros – pela neutralidade da mesma. Este é o caminho que vem sendo buscado em países como a Nicarágua, onde, seguindo os passos de uma revolução política, os bibliotecários procuram desmistificar a técnica e assumir uma posição de vanguarda na sociedade que os nicaraguenses intentam organizar. Para os bibliotecários desse país, segundo as palavras do diretor da Escuela de Bibliotecologia, Universidad Centroamericana de Managua, “a biblioteconomia e as ciências da informação não são neutras”(3:8), contrariamente ao que possam pensar os bibliotecários ligados a correntes positivistas, e não são, também, “meras técnicas independentes dos fins culturais, sociais e políticos de cada modelo de sociedade” (3:8). Esta conclusão é alcançada, segundo o autor nicaraguense, a partir da constatação de que, “apesar dos tremendos recursos econômicos e técnicos do mundo industrializado ocidental, não se desenvolveu uma Ciência da Informação a favor do povo, a seu alcance e produzida com sua direta participação”(3:9), salientando, ainda, que “a informação acumulada e detalhadamente processada serve prioritariamente a uma elite tecnocrática, a investigadores, em sua maioria desligados do povo e a alguns autodidatas muito motivados” (3:9).

É certo que esta visão da biblioteconomia pode ser acusada de possuir um engajamento político excessivamente ligado a tendências esquerdistas. Afinal – dirão – revoluções ocorridas em países como a Nicarágua ou Cuba são revoluções socialistas e não podem fornecer modelos de conduta a bibliotecário de um país de “tradição democrática” como o nosso, em que o bibliotecário tem pautado sua conduta profissional pelo fornecimento de informações sobre todos os assuntos possíveis, enfocados sob todos os aspectos, de modo a que os próprios usuários ou interessados possam escolher o ponto de vista que melhor lhes apeteça... Esta afirmação, na realidade, procura transmitir a idéia de que a prática bibliotecária, tal como a arte, é essencialmente pura e não deveria ser corrompida por interesses ou controles sociais. Mais ainda, propugna a idéia de um bibliotecário que se colocaria acima de qualquer contenda política ou ideológica, o qual forneceria informações – todas elas, sem censura – para que os próprios interessados decidissem, por si sós, seus caminhos e suas idéias. Em outras palavras, o bibliotecário não deve ser, em sua prática profissional, nem de esquerda, de direita ou de centro, devendo ser totalmente apolítico e neutro. Sem dúvida, esta pode ser uma proposição sincera e bem intencionada, mas pode ser, também, uma maneira de utilizar bibliotecários, bibliotecas e centros de documentação como armas de controle, para depois afirmar que estes não têm absolutamente nada a ver com isso. Até que ponto os bibliotecários podem ter certeza de que não é isto o que está ocorrendo neste país?

Não se pode deixar de lado, de forma alguma, a noção de que todos os profissionais possuem uma **responsabilidade social** para com a população

que, teoricamente, devem atender. No caso de bibliotecários e documentalista, esta responsabilidade social será devidamente equacionada quando esses profissionais conseguirem colocar-se como canais não mais entre as informações produzidas e um usuário potencial totalmente descaracterizado, mas entre estas informações e aquelas camadas da população que sempre foram mantidas afastadas delas. E isto só poderá ocorrer a partir de práticas políticas que permitam, aos bibliotecários, uma opção diversa da que ocorre atualmente, em termos gerais, neste país; uma opção que, tal como defende Jacques Depallens, diferencie os usuários a serem ativamente atendidos, que não devem ser, absolutamente, “os mesmos que na biblioteconomia do mundo ocidental industrializado”(3:11); além disso, tornar acessíveis à população informações compatíveis e úteis a suas necessidades cotidianas, normalmente não disponíveis nos veículos tradicionais de comunicação de massa; e por último, ainda segundo este último autor, buscar “como ir além da mera catalogação e indexação simplificada”(3:11), afim de que o tesouro de informações acumuladas em bibliotecas e centros de documentação tenham relação mais próxima com a comunidade e suas necessidades prioritárias. Neste aspecto, é essencial que os profissionais procurem integrar-se à comunidade que estão atendendo, conhecendo suas carências e necessidades. Este parece ser um ponto primordial, nem sempre suficientemente trabalhado por profissionais bibliotecários que, muitas vezes, devido aos mais diversos fatores, colocam-se acima das comunidades que estão servindo, tomando decisões, que a elas são concernentes, sem o devido conhecimento das particularidades envolvidas. Sem dúvida, esta é uma postura que necessita modificar-se radicalmente quando se pretende organizar bibliotecas ou centros **populares** de documentação e comunicação...

4 Conclusão

O que se procurou questionar aqui não foi tanto os bibliotecários em si – que são formados com tantas deficiências e a tão duras penas por um sistema educacional provavelmente equivocado em suas premissas básicas –, mas muito mais o papel relativamente passivo que estes vêm assumindo em sua prática profissional (mesmo levando-se em consideração todas as exceções que poderiam ser apontadas). O panorama nacional, seja pelo que deixa vislumbrar a literatura biblioteconômica em língua portuguesa, como pelo que a experiência diariamente mostra a olhos mais atentos, revela que as iniciativas de organização e disseminação da informação, ocorridas neste país, que visam a camadas menos privilegiadas em termos de recursos informacionais (e econômicos), nem sempre tiveram o bibliotecário – ou suas instituições de classe – à frente delas. Um espaço muito importante pode não estar sendo

preenchido pelos profissionais da informação – e aqui poderíamos incluir também os arquivistas e museólogos – na organização das sociedades de países subdesenvolvidos: o de trabalhadores de vanguarda. E isto, se realmente estiver ocorrendo, é algo realmente deplorável. Afinal, isto viria apenas a demonstrar que nós, os bibliotecários, estamos perdendo o trem da história sem provavelmente, sequer nos darmos conta disso. Uma pena ainda maior é que a justificativa para este fato seja sempre colocada em termos de “exigências” impostas por uma sociedade em desenvolvimento, que exige um profissional bibliotecário que esteja à frente – ou ao lado – de inovações tecnológicas, esquecendo-se de que esta “vanguarda” tecnológica, digamos assim, não prescindirá, necessariamente, de um posicionamento social permeável a mudanças e a favor de uma distribuição equitativa das informações disponíveis. Afinal, como diz Depallens, “as barreiras e os obstáculos se encontram em nossas cabeças, no estilo de trabalho com o qual estamos acostumados, em nossos preconceitos culturais que nos impedem de estar atentos às necessidades do povo, para atendê-las de maneira dinâmica e solidária”(3:13). Talvez seja exigir demais, querer que os bibliotecários tomem consciência disso... Ou não?

Abstract – Librarianship in Brazil has been characterized as relatively developed in the fields of university and special libraries and very poor in the field of public or popular libraries. Brazilian librarians should opt for a work more linked to people's day-to-day needs. Librarianship is not neutral or just a group of techniques with no bearings to the society in with they occur. It is necessary that Brazilian librarians try to find ways for a new practice in librarianship.

5 Referências bibliográficas

1. BADKE, T. Meninos de laranjeiras: aprendendo a viver com livros. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, 17(3/4):43-60, 1984.
2. CUNHA, I. M. F. Documentação africanista: linguagem e ideologia. **Ciência da Informação**, 16(1):37-40, 1987.
3. DEPALLENS, J. La bibliotecología necesita de una revolución cultural. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, 10(1):7-14, 1987.
4. LIMA, J. A. SEDIPO – Serviço de Documentação em Informação Popular: a informação a serviço das organizações populares. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, 19(1/4):32-9, 1986.

5. MILANESI, L. A. **Ordenar para desordenar: Centros de cultura e bibliotecas públicas**. São Paulo, Brasiliense, 1986.
6. MUELLER, S. P. M. O ensino de Biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**, 14(1):3-15, 1985.

Elana Coutinho

Exat. Ferroviária Fluminense

Gerência de Documentação

20224 - Rio de Janeiro

Resumo – Trata-se de um estudo sobre a evolução das práticas empíricas da lei de Brasília, em função das mudanças estruturais destas últimas anos, quando a lei de 1964 foi substituída pela atual.

1 Introdução

O termo "Biblioteconomia" foi introduzido no Brasil em 1964, com a criação de matemática, por Prichard, em seu livro "Biblioteconomia e Documentação" por Prichard, em seu livro "Biblioteconomia e Documentação".

- 1) Lei de Brasília, em 1964, que criou a profissão de bibliotecário e a disciplina de Biblioteconomia e Documentação em relação a documentação, em 1964.
- 2) Lei de 1964, que criou a profissão de bibliotecário e a disciplina de Biblioteconomia e Documentação em relação a documentação, em 1964.
- 3) Lei de 1964, que criou a profissão de bibliotecário e a disciplina de Biblioteconomia e Documentação em relação a documentação, em 1964.

A lei de Brasília, em 1964, criou a profissão de bibliotecário e a disciplina de Biblioteconomia e Documentação em relação a documentação, em 1964.

O fenômeno da biblioteconomia é determinado assunção de uma profissão, dependendo de um conjunto de dados, pode levar a uma nova prática, disponível ainda é necessário para a prática do fenômeno.